



MINISTÉRIO DA FAZENDA

ATA

**245ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO
CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA - CNP -**

Brasília, 05 de dezembro de 2017

Esplanada dos Ministérios | Bloco F | sala 902 | Brasília – DF

1 **MINISTÉRIO DA FAZENDA**

2 **Conselho Nacional de Previdência – CNP**

3
4 **ATA DA 245ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNP**

5
6 **DATA:** 05 de dezembro de 2017

7 **LOCAL:** Esplanada dos Ministérios - Bloco F, Sala 902

8
9 **PRESENÇAS**

10
11 **Representantes do Governo**

12 MF - Marcelo Abi-Ramia Caetano

13 MF - Benedito Adalberto Brunca

14 MF - Emanuel de Araújo Dantas

15 INSS - Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro

16
17 **Representações dos Aposentados e Pensionistas**

18 SINTAPI - Gerson Maia de Carvalho

19 CSB - Lucio Antonio Bellentani

20 COBAP - Marcos Barroso de Oliveira

21 SINDNAP - Andréa Angerami Correa da Silva Gato

22 CONTAG - Adriana Pereira Souza

23
24 **Representações dos Trabalhadores em Atividade**

25 Força Sindical - Dionizio Martins de Macedo Filho

26 UGT - Gilberto Torres Laurindo

27 CUT - Quintino Marques Severo

28 CNPA - João Junior Onuki Alves

29
30 **Representação dos Empregadores**

31 CNI - Larissa Nascente Guimarães Leston

32 CNC - Roberto Nogueira Ferreira

33 CNA - Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello

34 **Convidados**

35 Hamilton Walter Xavier - ANEPS/DF

36 Ubiramar Mendonça - DATAPREV

37 Fernando Benicio - CNM/DF

38 Wilza Teixeira Nara Carneiro - UFV

39 Idiana Tomazelli - Agência Estado

40 Avelina Alves Lima Neta - Coordenadora da Coordenação-Geral de Estudos
41 Previdenciários da Subsecretaria do Regime Geral

42 Larissa Lima - CSB

43

44 **Ausências**

45 MF - Henrique de Campos Meirelles

46 INSS - Leonardo de Melo Gadelha

47 SRFB - Daniel Belmiro Fontes

48 MF - Cinara Wagner Fredo

49 MF - Jeferson Luis Bittencourt

50 MF - Caio Guimarães Figueiredo

51 MP - Amarildo Saldanha de Oliveira

52 IPEA - Rogério Nagamine Costanzi

53 COBAP - Gildo Arquimínio de Carvalho

54 CONTAG - Edjane Rodrigues Silva

55 CTB - Pascoal Carneiro

56 CNF - Ênio Mathias Ferreira

57 CNM - Sérgio Aureliano Machado da Silva

58 CNT - Salomão Taumaturgo Marques

59

60 **I – ABERTURA**

61 Presidindo a Mesa, o Excelentíssimo Senhor Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV) abriu
62 a 245ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência - CNP e deu por iniciada
63 a reunião.

64 **II – EXPEDIENTE**

65 O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV) colocou para aprovação a Ata da 244ª
66 Reunião Ordinária do CNP, realizada no dia 23 de novembro 2017. Colocada em
67 processo de votação, a citada Ata foi aprovada com ressalvas feitas pela conselheira,
68 representante da CNI, Larissa Nascente Guimarães Leston nas linhas 191 a 194. Ela
69 sugeriu a inclusão do seguinte texto: *“Esclareceu que o contrato intermitente não prevê a*
70 *existência de salário inferior ao salário mínimo. Esse contrato garante o salário mínimo,*
71 *porém proporcional à jornada trabalhada, nos moldes já praticados pelo TST desde 2008*
72 *através da OJ 358”*. Em seguida, ele socializou a pauta dos trabalhos dessa reunião, a
73 qual foi aprovada pelos presentes.

74 **III – ORDEM DO DIA**

75 O Sr. Marcelo Abi-Ramia Caetano (SPREV) chamou o primeiro item de pauta, logo,
76 “Compensação Previdenciária”, o qual foi apresentado pelo Sr. Benedito Adalberto Brunca
77 (SPREV). Inicialmente o relator explicou que em razão do debate ocorrido na reunião
78 anterior acerca do tema “Acordos Internacionais”, e como consequência das muitas
79 perguntas associadas à lógica da compensação previdenciária entre regimes, em que ela
80 tinha semelhança, embora haja distinções nesse tratamento, ele propôs trazer um
81 conjunto de informações que de certa maneira complementa a visão de como o
82 trabalhador tem proteção, seja quando ele sai do regime geral e fica dentro do país filiado
83 a outro regime próprio de previdência social Municipal, Estadual ou Federal. Posto isso,
84 ele abordou a questão da legislação da Compensação Previdenciária, especificamente a
85 Lei nº 6.225/76, a qual objetiva uma garantia fundamental do direito que o trabalhador tem
86 de migrar de regimes e levar o tempo de contribuição para esse novo regime e não ter
87 que começar uma história nova, uma nova contribuição sem conexão com todo o histórico
88 anterior que ele possuiu. Destacou também que desde 1985 até a Constituição de 88
89 havia só a responsabilidade do novo regime assimilar esse tempo sem que houvesse uma
90 clareza na forma de como os regimes deveriam se compensar financeiramente.
91 Socializou também as regulamentações através de Decretos, Portarias, as quais
92 instrumentalizam esse processo da compensação previdenciária, entretanto, o
93 fundamental está no parágrafo 9º, do artigo 221 da Constituição Federal, que é ao mesmo
94 tempo a garantia da contagem recíproca de tempo de contribuição entre regimes e na
95 parte final há previsão de que os regimes de previdência social se compensarão

96 financeiramente, segundo critérios estabelecidos em lei, dessa forma, a Constituição
97 trouxe esse dispositivo em 88 e somente em 99 foi possível o Congresso Nacional
98 aprovar a primeira legislação para estabelecer os padrões de compensação financeira, a
99 qual passou a usar a referência de que na verdade, apesar do efeito ser financeiro, o
100 sentido é da compensação previdenciária entre regimes de previdência. Disse que a
101 compensação previdenciária, na prática, é o acerto de contas entre os regimes de
102 Previdência Social. Na continuidade, ele explicou em pormenores acerca das interfaces
103 do Comprev; o processo de digitalização, o qual é gerido pela Dataprev; Requerimento de
104 Compensação Previdenciária; Estoque e Fluxo; Regime de Origem; Regime Instituidor;
105 Documentos para envio via sistema Comprev ao INSS; Requerimentos para envio ao
106 RPPS; Situação atual do pagamento do “Estoque” de compensação previdenciária em
107 relação a Estados e Municípios. Socializou os valores pagos de fluxo e estoque até
108 06/2017 de acordo com a legislação anteriormente citada. Quanto às informações
109 relevantes sobre o “Estoque” da compensação com os Municípios, ele disse que
110 aproximadamente 98% dos Municípios já tiveram ou estão na iminência de ter seu
111 estoque completamente quitado, e somente 09 Municípios estão com valores de
112 “Estoque” ainda a receber que, em junho de 2017, perfazia o montante de R\$
113 384.572.060,06. Socializou os valores pagos somente a Municípios, sendo que os valores
114 de estoque em relação aos Estados ainda não começaram a ser quitados, bem como, o
115 valor do estoque total dos Municípios corresponde a R\$ 396.823.440,61, sendo que a
116 diferença de aproximadamente 12 milhões informados para os 09 Municípios com
117 compensações financeiras a serem pagas, decorre da opção metodológica de excluir os
118 entes com valores a receber inferiores a 1,6 milhões de reais. Detalhou o valor de
119 “estoque” a ser pago aos 09 Municípios, bem como as informações relevantes sobre o
120 “Estoque” da compensação com os Estados. Disse que em virtude da prioridade de
121 pagamento do estoque prevista no art. 17-A da Portaria MPAS nº 6.209/2009, com
122 redação dada pela Portaria MPS nº 156/2013, ainda não houve pagamento de valores
123 relativos ao “Estoque” para os Estados. Atualmente, o valor total de “Estoque” devido aos
124 Estados é de R\$ 2.199.713.371,18. Em seguida, consignou a Lista dos Estados com mais
125 de 100 milhões de reais a receber de “Estoque”; Proposta de solução para quitação do
126 “Estoque”, de acordo com a Lei nº 13.485, de 02 de outubro de 2017. O Art. 10 da Lei nº
127 13.485, de 2017, prevê as regras para pagamento do “Estoque” da compensação para o
128 exercício de 2017, sendo que a previsão de pagamento é apenas para Municípios;

129 Aplicação da regra já estabelecida no art. 14-A introduzido no Decreto nº 3.112 pelo
130 Decreto nº 6.900, de 2009: i) Pagamento em parcela única, se a dívida não superar 500
131 mil reais; ii) Pagamento em parcelas mensais de até 500 mil reais, se o crédito for
132 superior a esse valor; As regras para pagamento de “Estoque” a partir do exercício de
133 2018 estão assim estabelecidas: Pagamento a Municípios, Estados e DF em parcela
134 única, se o crédito não superar 1,5 milhões de reais; Pagamento em parcelas mensais de
135 até 1,5 milhões de reais em até 180 parcelas. No caso de o prazo superar 180 meses, o
136 valor da parcela mensal será majorado para permitir o pagamento nesse prazo e, ainda,
137 poderá ser utilizada a dação em pagamento de imóveis do RGPS. Por fim, ele falou
138 também do prazo para quitação do “Estoque” de compensação com os Estados de acordo
139 com a regra do art. 10 da Lei nº 13.485, de 2017; dos impactos das ações cíveis
140 originárias; da derrubada pelo Congresso Nacional do veto aos arts. 11 e 12; dos temas
141 tratados nos arts. 11 e 12 da Lei nº 13.485, de 2017, isto é, do encontro de contas entre
142 débitos e créditos previdenciários dos Municípios e do RGPS, a ser concluído em noventa
143 dias, contados do ingresso do requerimento por parte do Município; Criação do Comitê de
144 Revisão da Dívida Previdenciária Municipal, vinculado à Secretaria de Governo da
145 Presidência da República e à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contará com
146 representantes indicados pela União, pelos Municípios e pelo Ministério Público, em
147 composição a ser definida por meio de decreto do Poder Executivo, em até 180 dias
148 contados da promulgação da Lei nº 13.485, de 2017. Concluída a apresentação, foi aberta
149 a palavra para as considerações do Pleno. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP)
150 solicitou esclarecimentos acerca de algumas questões, quais sejam: i) O pagamento do
151 estoque ser progressivo ou de uma única só vez; ii) Qual era o comportamento das
152 compensações antes da MP nº 778; Da Lei nº 13.485 em relação à Previdência e o INSS?
153 iii) Como está a situação entre a União e o regime geral, o INSS? Em seguida, foi a vez
154 do Sr. Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT) fazer uso da palavra, momento em que
155 afirmou que essa apresentação foi de suma importância, pois possibilitou o conhecimento
156 da forma como funciona essa questão da compensação entre os regimes e, ainda, vai
157 possibilitar o embasamento para o debate na esfera das representações sindicais. Posto
158 isso, ele disse que nas apresentações já feitas anteriormente nesse Conselho, fora
159 colocado que a dívida dos Municípios estava sendo negociada com o Governo, e
160 atualmente está em torno de 75 bilhões, e na apresentação da Receita Federal fora dito
161 que estava em torno de 90 bilhões. Em diálogo com o representante da Confederação

162 Nacional dos Municípios, o Sr. Sérgio Aureliano Machado da Silva, afirmou que o valor de
163 75 bilhões é somente dos Municípios, e 90 bilhões dos Estados, portanto a negociação
164 com o Governo foi de uma forma muito vantajosa em relação à inserção de juros para
165 esses Municípios. Feitas essas considerações iniciais, o Sr. Gerson Maia fez as seguintes
166 indagações: i) Como é feito o cálculo da parte do repasse do regime geral para o regime
167 próprio? ii) Como se dá esse cálculo sendo que na regra para calcular o valor do benefício
168 são utilizadas as contribuições de 94 para cá? iii) Qual é a norma utilizada para a questão
169 do período especial? O Sr. Benedito Adalberto Brunca (SPREV) esclareceu em detalhes
170 os questionamentos feitos pelo conselheiro Gerson Maia de Carvalho (SINTAPI/CUT),
171 informando que *“não tem conversão de tempo especial na emissão da certidão, então o*
172 *que se leva de tempo de contribuição para outro regime é o tempo simples sem*
173 *conversão de tempo especial. Em relação ao cálculo: ele é apurado a depender do*
174 *período que a pessoa trabalhou, se for um período em que ele se desvinculou do Regime*
175 *Geral depois de 94, ele considera até a data dessa desvinculação, se naquela data que*
176 *ele se desvinculou do regime eu faço uma simulação teórica deste cálculo, aí apuro com*
177 *base nas regras vigentes”. Em seguida informou em pormenores como é feito o*
178 *pagamento, destacando que sempre será calculado proporcionalmente ao tempo de*
179 *contribuição dentro do regime. Informou que é importante, que quando é pago enquanto*
180 *Regime Geral, o direito que ele teria se tivesse se aposentado no Regime Geral, não*
181 *importa se contribuiu como advogado, um salário mínimo ou se passou em um concurso*
182 *público com valor de renda maior, será calculado aquilo que é o crédito das contribuições*
183 *dele para o Regime Geral, nunca será calculado considerando o valor da remuneração*
184 *dele atual, mas sim considerado o valor da contribuição invertida para o Regime Geral.*
185 Manifestaram-se ainda: Roberto Nogueira Ferreira (CNC), e Marcos Barroso de Oliveira
186 (COBAP). Concluído o debate, o Sr. Presidente chamou o segundo item de pauta, logo,
187 Portal “Meu INSS” - Central de Serviços do INSS. O tema em destaque foi apresentado
188 pelo conselheiro representante do INSS, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro. De
189 posse da palavra, ele consignou em pormenores sobre os Benefícios Previdenciários do
190 INSS; fluxo do benefício previdenciário atual; os riscos de fraudes ou indícios de
191 irregularidades, os maiores pontos de problemas de documentação e problemas
192 relacionados aos indícios de irregularidade ou fraude no INSS estarem relacionados,
193 principalmente, na identificação da pessoa e identificação documental; Meu INSS em
194 Números/Serviços; Próximos serviços para Produção, os quais estão em fase de

195 Implantação: i) Aposentadoria por idade automática, atualmente em produção através da
196 Central 135 / SAG/ GET/ PRISMA; ii) Agendamentos e Requerimentos, o qual permitirá
197 ao cidadão agendar ou requerer serviços ao INSS diretamente no “Meu INSS”, sem
198 necessidade de ser redirecionado para o SAG através de link externo, exceto para
199 usuários não autenticados, sendo que além de requerer, o cidadão poderá consultar a
200 situação dos seus pedidos através de agendamentos; Tarefas, e Requerimentos
201 automáticos de aposentadoria por idade; iii) Em Homologação: Salário maternidade
202 automático; Solução possível através da integração do Meu INSS /SIRC; iv) Em
203 desenvolvimento: Simulador de Tempo de Contribuição; Solução integrada com SIBE
204 Processo único; Homologação Prevista para Janeiro/2018; Simulador de Empréstimo
205 Consignado; Homologação Prevista para Janeiro/2018; Mudança do KBA; Interligação
206 com SIGEPE; Interligação com NAI (Núcleo de Autenticação Bancária); Internet: O
207 cidadão responde a um questionário (KBA) eletrônico, dividido em duas fases, obtendo o
208 código inicial ao fim do processo; Agências do INSS: No momento da triagem o acesso é
209 disponibilizado ao cidadão mediante sua identificação; Bancos (NAI): O cidadão emite um
210 código inicial de 7 dígitos a partir de seu homebank; Situação: Dos bancos pagadores de
211 benefícios que participaram do último leilão da folha de pagamento do INSS. Os bancos
212 estão em fase de desenvolvimento e o prazo para implantação foi acordado até o 1º
213 trimestre/2018. Por fim, destacou que já estão disponíveis em produção para os
214 correntistas do Banco Mercantil do Brasil, e em desenvolvimento, as tratativas em curso
215 junto à Dataprev: Banco do Brasil (online); Santander (bath); Sicoob (online); BRB
216 (online). O serviço foi incluído como obrigação acessória Banrisul (bath). Concluída a
217 apresentação, foi aberta a palavra para as considerações dos conselheiros, e
218 conselheiras. O Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) parabenizou o relator pela
219 esclarecedora apresentação e enfatizou que ele e o Brasil inteiro estão na expectativa de
220 ver o “Meu INSS” em funcionamento. Disse que na semana anterior havia participado de
221 uma reunião no Conselho de Salvador, e percebeu que existia alguma resistência ao
222 programa por parte de alguns servidores do próprio INSS, que compõe o citado Conselho
223 através de suas entidades. Em sua opinião, a resistência está ligada à questão de
224 diminuição do número de servidores nas agências, embora para a sociedade de um modo
225 geral é um avanço espetacular, pois há muita expectativa para que esse Programa
226 aconteça, porque vai possibilitar mais segurança em todo o processo de concessão de
227 benefício. Posto isso, ele fez alguns questionamentos a saber: “Quando ocorrerá a

228 *implantação do “Meu INSS”? Como será o simulador do tempo de contribuição? Ele vai*
229 *ser um simulador de tempo de contribuição e também de renda? Ele vai informar os*
230 *períodos de contribuição que não estão na contagem e o cidadão vai identificar e informar*
231 *através do aplicativo os períodos que não constam lá? Ele também vai ter a possibilidade*
232 *de digitalizar documentos e enviá-los para comprovar esse período que está informando,*
233 *vai existir essa possibilidade? Sobre a conversa com o Governo para incluir no portal a*
234 *senha do SIGEPE, essa senha seria para enxergar as contribuições do servidor enquanto*
235 *servidor para fazer a contagem, uma simulação de renda e uma vez existindo isso,*
236 *poderão acabar com a necessidade da CTC”? Por sua vez, a Sra. Andrea Angerami*
237 *Correa da Silva Gato (SINDNAPI), também parabenizou o representante do INSS pela*
238 *apresentação. Enfatizou que houve uma grande evolução dos serviços, os quais vão*
239 *ajudar muito o segurado a ter esse tipo de situação em que ele possa ter acesso, isto é,*
240 *acessar as suas informações e corrigir questões online, é excelente. Feitas essas*
241 *considerações, ela externou a sua preocupação acerca da biometria, por exemplo, as*
242 *pessoas, na medida em que vão atingindo uma idade mais avançada, elas vão perdendo*
243 *as digitais, logo o INSS previu isso? Sobre o Portal, ela indagou se está funcionando para*
244 *o segurado que queira com relação àqueles convênios que estão sendo feitos com as*
245 *entidades ou se será utilizado o mesmo sistema ou se tem um sistema separado para que*
246 *se dê entrada nos benefícios? Na continuidade, o Sr. João Junior Onuki Alves (CNPA)*
247 *solicitou a palavra, e na oportunidade disse que a sua entidade tem feito uso do “Meu*
248 *INSS” e também do “INSS Digital”, entretanto, tem uns 90 dias que o “Meu INSS”*
249 *praticamente não gera histórico de crédito, se tenta usar não funciona, isso faz o*
250 *segurado ir até uma agência ou utilizar o 135, o que às vezes sem sucesso. A seguir, o*
251 *conselheiro João Onuki fez alguns questionamentos: “Por que gerar novos serviços se os*
252 *serviços que foram gerados inicialmente não estão prontos? Inclusive, o serviço do*
253 *histórico de crédito era muito melhor quando era via internet só com o número do*
254 *benefício, data de nascimento, CPF e nome da mãe, ele funcionava sempre, raramente*
255 *apresentava problema. A carta de concessão está vindo sem a memória de cálculo, e tão*
256 *importante quanto gerar um benefício automático, é o segurado saber qual foi o cálculo do*
257 *benefício dele, porque muitas vezes ele aceita sem querer, sem nem estar sabendo como*
258 *foi calculado. O resultado da perícia só aparecem quando são concedidos, quando são*
259 *indeferidos não estão apresentando, o segurado tem que ir até a agência. O último ponto*
260 *aqui é com relação ao serviço que não tem, é um serviço essencial para o segurado, que*

261 *é o INFBEN, eu ainda não consegui compreender, já conversei com várias pessoas que*
262 *acompanham o processo do “INSS Digital” e do “Meu INSS”, e o INFBEN não tem essa*
263 *disposição, para o segurado é importante porque ele precisa saber algumas informações*
264 *constantemente no INFBEN para que possa tomar decisões com relação ao benefício dele”.*
265 *Em resposta a todas as questões formuladas pelos conselheiros que fizeram uso da*
266 *palavra, o Sr. Alessandro Roosevelt Silva Ribeiro (INSS), prestou os devidos*
267 *esclarecimento: “Da simulação de tempo de contribuição, a ideia nesse primeiro momento*
268 *é a de simular o tempo, então qual é o modelo que estamos fazendo? Aqueles vínculos*
269 *que não tem erros na simulação eles já vem para o segurado hoje, a simulação que tinha*
270 *antigamente no site você tinha que digitar tudo, a ideia é que a partir da hora que você*
271 *estiver logado que as suas informações venham para a simulação, àquelas informações*
272 *que não tenham pendência nenhuma, aquelas informações que estão corretas para a*
273 *Previdência e como muitos segurados tem informação de vínculos, informando vínculos*
274 *errados ou inexistentes no CNIS, essa informação que seria a informação a mais que o*
275 *segurado poderia lançar, fazer a sua simulação de tempo e esse vínculo a mais que ele*
276 *poderia lançar a sua simulação, poderia subir o documento identificando que ele precisa*
277 *fazer a atualização no CNIS. Isso facilita muito, porque hoje ele tem que ir para a agência*
278 *levar os documentos, as vezes a identificação é uma coisa simples, é um vínculo que tem*
279 *uma marca de extemporaneidade no qual foi identificado pela empresa a data final do*
280 *vínculo fora da época, mas essa marca está lá, está extemporâneo, mas existe a data*
281 *para nós, se ele apresentar um documento comprovando aquilo o servidor só dá o ok.*
282 *Muitas das nossas informações de extemporaneidade que o servidor tira na agência são*
283 *relativamente simples, essas informações a gente consegue fazer baseadas em alguns*
284 *documentos que o próprio segurado possa enviar para nós. Então são coisas simples.*
285 *Tem coisas mais complicadas, mais complexas, que aí precisam do documento original,*
286 *contemporaneidade, que é outra situação, essa a gente não está mexendo, essa*
287 *provavelmente após o segurado subir com o documento, a gente vai ter que convocá-lo*
288 *para ir até a agência para que ele apresente o original, um exemplo. Mas a gente começa*
289 *a trabalhar com demandas, então eu consigo controlar a demanda e quando trazer*
290 *esses segurados para dentro da agência? A questão da senha do SIGEPE, muitos dos*
291 *servidores públicos federais tem vínculos no regime geral, então em vez dele entrar no*
292 *SIGEPE, que só vê o vínculo do regime federal dele, só vê o que ele tem de federal,*
293 *muitas vezes ele teve vínculo antes de entrar no regime próprio de previdência, no regime*

294 *jurídico único, ele tinha vínculos anteriores, ele vai até o INSS para pedir o histórico do*
295 *CNIS dele, para verificar se vale a pena fazer a CTC para encaminhar ao regime próprio,*
296 *em vez de pegar essas pessoas, a gente pode liberar a senha para eles. Só servidores da*
297 *ativa? Não, eu tenho pensionistas do SIGEPE, eu tenho uma senha do SIGEPE, uma*
298 *senha do INSS, se você já tem uma relação com o Governo Federal para que criar mais*
299 *uma senha? Então, nós estamos em conversa com o planejamento sobre isso, trazer*
300 *essa senha, daí ele cria uma senha só para o Governo Federal e vamos simplificar o*
301 *cadastro em vez de aumentar cadastro. A CTC por enquanto é uma formalização do*
302 *pedido, então a gente precisa até para fazer uma compensação. E nós estamos com uma*
303 *consulta com a Procuradoria desse pedido de CTC ser feito todo eletronicamente, a gente*
304 *pode até disponibilizar para o Município um local onde ele faça CTC do Município lá*
305 *dentro e vem para o regime geral para a gente eliminar a parte de papel, trabalhar de*
306 *sistema para sistema, em vez de pegar um papel no Município, trago para cá, pego um*
307 *papel do INSS e levo para lá. Por quê? Esse papel roda do Município para o INSS, do*
308 *INSS para o Município, só que veio de um sistema, a gente pega o papel e passa de novo*
309 *para o sistema, todo COMPREV é feito há 20 anos pelo sistema e eu tenho que pegar*
310 *papel, digitalizo e subo no sistema. Aí eu faço dentro do INSS toda certidão, dentro do*
311 *sistema imprimo e dou para o segurado, ele leva para o município, que digitaliza e sobe*
312 *para o sistema. A questão da biometria, no primeiro momento, a ideia é que nós*
313 *tenhamos essa biometria que está sendo feita pelo TSE e a dos bancos. Complementou*
314 *informando que o portal “Meu INSS” é um portal pessoal, o portal do “INSS Digital” é das*
315 *empresas e dos convênios, muitos dos serviços que estão no Meu INSS estão no portal*
316 *do INSS digital. A ideia é que de todos os serviços que o INSS presta, 80% a gente*
317 *consiga automatizar, a gente não vai automatizar tudo, não tem como, é impossível e tem*
318 *20% que ainda vai continuar com serviços dentro do INSS, vai diminuir o atendimento ao*
319 *público, mas não vai diminuir a carga de trabalho, porque mesmo que se automatize os*
320 *benefícios, não terá como diminuir a carga de trabalho porque esses benefícios*
321 *automatizados precisam ser controlados, então pode-se tirar um servidor da concessão,*
322 *mas terá que colocar um servidor para analisar aquilo que está entrando. Então, para falar*
323 *a verdade, só migra a atividade dele, ele sai de uma atividade de frente, uma atividade de*
324 *pegar documento, de conferir, que demora muito tempo, para uma atividade mais de*
325 *retaguarda, de concessão daquilo que ele não consegue fazer de forma automática e*
326 *validar aquilo que foi feito de forma automática. Quanto a geração de crédito, a primeira*

327 questão que foi falada da geração de crédito, respondo que sim, antigamente nós
328 tínhamos o site que você só colocava o número do benefício, CPF e data de nascimento,
329 o que acontece? Nós tivemos robôs que criaram, mesmo colocando CAPTCHA e etc. que
330 geravam cartas, isso gerou uma quantidade de fraude absurda, nós tínhamos,
331 principalmente, já foi até uma discussão aqui dentro do Conselho, que esses escritórios
332 de pastinhas de consignado antes de saber que o benefício tinha sido concedido já
333 tinham ligado para a casa da pessoa falando que o benefício dela tinha sido concedido,
334 salário tal... Houve uma ação do Ministério Público em cima daquele site, identificando.
335 Não foi possível tirar o site do ar antes, porque tinha outro serviço capaz de colocar essa
336 informação e só se conseguiu colocar dentro do portal “Meu INSS”. Por fim, o
337 representante do INSS explicou do porque que o “Meu INSS” ainda não foi divulgado,
338 uma vez que ainda encontra-se em fase de testes e sempre que é identificado erros se
339 corrige, mas que provavelmente no final de janeiro se espera que tudo já esteja pronto
340 para que os serviços no portal “Meu INSS” estejam funcionando da melhor maneira para
341 atender o segurado. Manifestaram-se ainda, os conselheiros: Gerson Maia de Carvalho
342 (SINTAPI/CUT); Dionízio Martins de Macedo Filho (Força Sindical). A Sra. Adriana Pereira
343 Souza (CONTAG) fez uso da palavra, e na oportunidade trouxe um questionamento
344 específico de uma região que tem uma situação bem delicada com relação à logística,
345 que é a região norte. Ela informou que foi questionada pela Federação dos Trabalhadores
346 da Agricultura do Estado do Pará sobre a falta de agências, da existência de uma
347 agência, isto é, de um posto físico de Monte Alegre, e a justificativa do não funcionamento
348 dessa agência seria a falta de servidores, assim sendo, ela gostaria de ter informações a
349 respeito do não funcionamento da referida agência e também a de Belém, que está com
350 um déficit muito grande de servidores. Novamente com a palavra, o Sr. Alessandro
351 Roosevelt Silva Ribeiro (INSS) esclareceu que o INSS não está fechando agência e, sim,
352 criando novos canais. Em seguida, ele explicou todo o histórico dos 34.900 servidores
353 ativos do INSS, a necessidade de tornar a administração pública mais eficiente, por essa
354 razão, a criação de canais são eficientes para que essa população não seja desatendida,
355 que seja atendida por outros canais. A questão da dificuldade, tanto na agência de Belém,
356 como na de Monte Alegre, existe sim, uma redução de servidores, mas isso não quer
357 dizer que os segurados não serão atendidos, serão criados outros canais para que essa
358 pessoa entregue seus documentos e faça o requerimento no INSS, esse é um dos
359 motivos do “Meu INSS” e do “INSS Digital”. Concluído esse item, o Sr. Presidente chamou

360 o terceiro item de pauta, logo, “Políticas de Proteção e Inclusão de Gênero”, o tema em
361 destaque foi apresentado pela Sra. Avelina Alves Lima Neta (Coordenadora da
362 Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários da Subsecretaria do Regime Geral). Com
363 a palavra, a relatora compartilhou uma experiência de um curso do qual ela participou no
364 Uruguai sobre “planos de igualdade e oportunidade entre homens e mulheres nas
365 instituições de seguridade social”, uma vez que o referido curso é oferecido pela
366 Organização Interamericana de Seguridade Social – OISS, em parceria com a Agência
367 Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Essa Agência de
368 Cooperação Espanhola tem um plano de trabalho com várias ações e uma dessas ações
369 são cursos de capacitação para gestores, dirigentes e técnicos de instituições de
370 seguridade social, para tratar de temas relativos à políticas de gênero, sobre
371 envelhecimento, sobre previdência e seguridade social como um todo, pessoas com
372 deficiências, enfim, temas variados no âmbito da seguridade social. É um curso em que a
373 maioria dos países que participam é convidada a fazer painéis e mostrar as experiências
374 do seu país em relação ao tema. O Brasil sempre é convidado a fazer um painel
375 mostrando a realidade dele por ser considerado um país com boas práticas de política de
376 inclusão de gênero no âmbito da seguridade social e por seu crescente avanço em
377 relação a essas políticas. Feitas essas considerações iniciais, ela falou em detalhes
378 sobre: Os aspectos relativos ao mercado de trabalho dos homens e das mulheres no
379 Brasil; População residente, por sexo, de acordo com grupos etários no Brasil em 2015;
380 População total residente: 200,8 milhões; Mulheres: 51,6% Homens: 48,4%; Distribuição
381 das pessoas economicamente ativas por sexo no Brasil em 2015 em porcentagem; Taxa
382 de ocupação por sexo no Brasil em 2015; Taxa de desemprego por sexo no Brasil em
383 2015; Distribuição da formalidade e informalidade por sexo no Brasil no ano de 2015;
384 Evolução da proteção social da população ocupada por sexo no Brasil em 2015;
385 Distribuição das pessoas ocupadas, segundo o sexo e os grupos de atividade – Brasil em
386 2015; Distribuição das pessoas ocupadas, segundo o sexo e a posição na ocupação no
387 Brasil em 2015; Média de horas trabalhadas da população ocupada no trabalho principal,
388 em tarefas domésticas e jornada total por sexo em 2015; Distribuição das pessoas
389 ocupadas, por grupos de anos de estudo; Rendimento médio da população ocupada no
390 trabalho principal, por sexo, sendo que as mulheres recebem apenas 72,7% do salário
391 pago aos homens que exercem as mesmas funções; Distribuição das pessoas ocupadas
392 de 25 anos e mais de idade em cargos de direção, segundo o grupo ocupacional e sexo:

393 Total: 63,2% Homens, e 36,8% Mulheres. Destacou as Políticas afirmativas de equidade
394 de gênero na gestão dos recursos humanos; o Plano Nacional de Políticas para a Mulher
395 e seus respectivos objetivos. Enfatizou que o plano é monitorado por um comitê
396 interministerial com a participação de representantes do governo e da sociedade civil. Foi
397 dividido em dez eixos temáticos e foram elaboradas ações intersetoriais estratégicas para
398 cada um; Algumas ações estabelecidas no plano. Falou também do Observatório Brasil,
399 da igualdade de gênero que surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica
400 para a América Latina e o Caribe - CEPAL - criar um Observatório de gênero para a
401 América Latina e o Caribe como estratégia de divulgação de informações sobre
402 desigualdades em gênero e direitos das mulheres com o objetivo de subsidiar o processo
403 de formulação e implementação de políticas de gênero e políticas públicas com
404 perspectiva de gênero no País. É uma iniciativa da Secretaria de Políticas para as
405 Mulheres da Presidência da República - SPM/PR, em associação com outras instituições
406 públicas, organizações da sociedade civil e organizações internacionais, e mantém o
407 diálogo com outros Observatórios no Brasil e América Latina. Destacou o relatório anual
408 socioeconômico da mulher, o qual objetiva a publicação do Relatório Socioeconômico
409 Anual sobre Mulheres - RASEAM que é feita pela Secretaria de Políticas para Mulheres
410 da Presidência da República - SPM/PR para o monitoramento sistemático de indicadores
411 sociais sobre a situação das mulheres brasileiras; Os indicadores disponíveis na
412 publicação provêm de diversas bases dedicadas, o que permite uma visão transversal e
413 multidimensional sobre a realidade socioeconômica das mulheres brasileiras; O
414 documento também contribui para o aprofundamento da reflexão sobre as desigualdades
415 de gênero presentes na sociedade brasileira; Os dados RASEAM apresentam aspectos
416 interessantes para orientar a participação e o controle social, oferecer subsídios para a
417 formulação e implementação de políticas públicas e indicar questões dignas de análise e
418 estudos mais aprofundados. Por fim, falou do comitê de gênero da Escola Nacional de
419 Administração Pública – ENAP, informando que a ENAP é uma escola governamental, do
420 Poder Executivo Federal que oferece treinamento e melhoria na administração pública
421 aos servidores públicos federal. Ao longo de seus mais de 30 anos de existência, a
422 Escola já treinou funcionários públicos e cidadãos em cursos curtos, especialização,
423 melhoria, seminários nacionais e internacionais, entre outros tipos de eventos de
424 aprendizagem. Em 2017, foi criado um comitê de gênero com o objetivo de promover
425 treinamento orientado para o tema da igualdade de gênero por meio de cursos, rodadas

426 de conversas, seminários, etc., e tem como iniciativas: roda de conversa: violência contra
427 as mulheres: além da ponta do iceberg; Curso sobre políticas de gênero e
428 desenvolvimento social; e café com debate: eles para eles. Concluída a apresentação, foi
429 aberta a palavra para considerações do pleno. A Sra. Andrea Angerami Correa da Silva
430 Gato (SINDNAPI) solicitou alguns esclarecimentos, quais sejam: i) “Em relação ao
431 trabalho formal, há algum indicativo do por que essa diferença, essa disparidade no
432 trabalho informal ser maior ainda do que no trabalho formal, de massa salarial? ii) Está se
433 trabalhando com um panorama de 9% de taxa de desemprego e é conhecimento de todos
434 que essa taxa hoje é maior, inclusive a respeito da demissão de mulheres após o retorno
435 do parto e da licença maternidade, com isso existe algum dado a esse respeito? Por sua
436 vez, o Sr. Quintino Marques Severo (CUT) disse que por ser essa uma informação anual,
437 ela está bastante desatualizada, especialmente na taxa de ocupação da formalidade e
438 informalidade, assim sendo, ele gostaria de saber se tem como atualizar essas
439 informações, da mesma forma em relação ao rendimento médio da população ocupada,
440 de modo a permitir ter uma informação mais atualizada, porque se ela é uma informação
441 anual, essa informação não retrata uma realidade que está sendo vivenciada atualmente
442 no Brasil. Manifestaram-se ainda: Roberto Nogueira Ferreira (CNC); Larissa Nascente
443 Guimarães Leston (CNI), e Rodrigo Hugueneu do Amaral Mello (CNA). Em resposta aos
444 questionamentos, a Sra. Avelina Alves Lima Neta (Coordenadora da Coordenação-Geral
445 de Estudos Previdenciários da Subsecretaria do Regime Geral) informou que com relação
446 à taxa de informalidade e a diferença salarial uma das hipóteses para isso é que as
447 mulheres dedicam menos tempo na informalidade, possivelmente porque concilia a vida
448 familiar e laboral, a mulher dedica mais tempo aos filhos e culturalmente a mulher é a
449 cuidadora da família, não só dos filhos, mas também da população envelhecida dentro da
450 família, sendo uma sobrecarga de trabalho doméstico, então isso impede que a mulher
451 dedique mais tempo ao trabalho informal, que geralmente é um trabalho remunerado
452 exercido fora do âmbito doméstico e os homens levam vantagem, uma vez que eles
453 dedicam mais tempo ao trabalho informal, mas isso não é nenhum estudo, só uma
454 hipótese, pelo que foi discutido no curso e pela experiência também que foi relatada de
455 outros Países, é que como os homens se dedicam mais tempo ao trabalho, eles
456 conseguem essa remuneração um pouco maior do que as mulheres. Em relação aos
457 dados de retorno de licença maternidade, eu também vi essa pesquisa, se não me
458 engano, a pesquisa dizia que cerca de 25% das mulheres após a estabilidade no

459 emprego, após o período de estabilidade eram demitidas e também afirmo para vocês
460 que para a gente fazer essa análise, deve-se fazer um recorte maior, um estudo mais
461 detalhado para saber as razões, pegando os dados da RAIS e de outras, não só da
462 PNAD, mas de outros bancos de dados e pesquisa para poder auferir o porquê e quais
463 são as razões. Mas no geral, o que se discute é isso, quanto menos políticas de
464 conciliação da vida familiar e profissional a mulher tem, mais ela é propensa ao mercado
465 de trabalho informal ou a desistir do trabalho. Disse que está sendo adotado no Brasil
466 salas de amamentação nas empresas, pois existe um programa da Secretaria de Políticas
467 para as Mulheres, chamado Programa Pró Equidade de Gênero e Raça, que premia
468 empresas que tem ações voltadas para a igualdade de gênero, empresas que tem auxílio-
469 creche, empresas que tem licença maternidade e licença paternidade estendida através
470 do programa Empresa Cidadã, empresas que tem sala de amamentação. Em relação ao
471 questionamento do conselheiro Quintino Severo (CUT) é importante destacar que a gente
472 faz o levantamento com base no último dado disponível que a gente tem. Então, o último
473 dado oficial que a gente tem disponível é da PNAD 2015, a de 2016, saiu recentemente,
474 quando saiu a gente já tinha preparado a apresentação, mas, claro, a gente pode
475 atualizar e encaminhar para vocês, inclusive, já entrando na parte do rendimento médio, o
476 recorte por segmento também, e pelo nível salarial, a gente pode fazer e encaminhar aos
477 conselheiros. Em relação ao estudo da OCDE que a conselheira Larissa Leston (CNI)
478 citou, o estudo também faz essa análise sobre a importância das políticas de conciliação
479 para manutenção da mulher no mercado de trabalho e algumas possíveis razões.
480 Inclusive, no Brasil, a gente já tem estudos da PUC do Rio, que mostram que a licença
481 maternidade e paternidade estendida e remunerada, exerce um papel decisivo, inclusive
482 na diminuição das taxas de mortalidade infantil. As dúvidas foram devidamente
483 esclarecidas pela relatora da matéria.

484

485 **IV – INFORMES**

486 O Sr. Presidente falou a respeito da consulta feita na reunião anterior em relação à
487 periodicidade das reuniões serem bimestrais. Disse que nesse momento não poderá ser
488 alterada a periodicidade das reuniões desse Conselho, pois elas são definidas pela Lei nº
489 8.213/1991, ou seja, legalmente elas são mensais, qualquer alteração a ser feita,
490 precisaria alterar a legislação. Enfatizou que por parte do Governo não vê motivo para

491 propor essa alteração, entretanto, é preciso discutir com os membros da sociedade civil
492 essa possibilidade de se fazer uma proposição de alteração da lei. A seguir, foi a vez da
493 Sra. Andrea Angerami Correa da Silva Gato (SINDNAPI) fazer uso da palavra, e na
494 oportunidade, apresentou a Sra. Wilza Nara Teixeira Carneiro, estudante da Universidade
495 Federal de Viçosa, que está cursando mestrado e veio conhecer esse Conselho, tendo
496 em vista que o tema da dissertação da mesma é sobre conselhos sociais.

497 **V – OUTROS ASSUNTOS**

498 O Sr. Marcos Barroso de Oliveira (COBAP) fez o seguinte registro: *“Como é final de ano e*
499 *a nossa última reunião desse ano de 2017, e diante do contexto político que envolve a*
500 *questão da reforma previdenciária, eu quero deixar registrado o meu desaproço à*
501 *interpretação que o Governo dá a necessidade da reforma da Previdência. Inclusive, isso*
502 *dado até pelas propagandas veiculadas e no sentido da falta de esclarecimentos do bom*
503 *entendimento da distinção entre os regimes de previdência, sejam eles regimes próprios e*
504 *o regime geral. Nesse sentido, inclusive, trazendo para o servidor público também a culpa*
505 *exatamente do grande déficit da Previdência. Então, eu acho que falta um esclarecimento*
506 *de natureza mais explicativa para a sociedade para que se faça o bom entendimento da*
507 *reforma da previdência. Entendo que o Governo tem gente muito capacitada para poder*
508 *trazer de maneira clara a verdadeira situação da Reforma da Previdência e assim não*
509 *está fazendo. Então, eu quero, assim com a minha última fala no ano de 2017, como*
510 *conselheiro, deixar registrado o meu desaproço a essa Reforma da Previdência da*
511 *maneira como está sendo feita, não estou dizendo que não existe necessidade de uma*
512 *reforma, mas não nos termos, que ela está sendo moldada. Fica o meu desaproço aqui*
513 *quanto a forma da Reforma da Previdência”*. Os conselheiros: Dionízio Martins de Macedo
514 Filho (Força Sindical) e Gilberto Torres Laurindo (UGT) também reiteraram as palavras do
515 conselheiro representante da COBAP. O Sr. Gilberto Torres Laurindo (UGT) registrou que
516 a maior preocupação da UGT, é com os devedores da Previdência, por essa razão, ele
517 solicita que na próxima reunião ou nas reuniões futuras, esse Conselho traga para
518 discussão o referido tema. Por fim, solicitou a reformulação do Conselho, feita diversas
519 vezes pela UGT, a qual solicita que os conselheiros suplentes tenham direito a voz e voto.
520 O Sr. Presidente respondeu que em relação ao tema da dívida ativa, a Receita Federal, a
521 PGFN já fizeram apresentações na esfera desse Conselho, contudo, nada impede de
522 continuar passando essas informações, inclusive este pode ser um dos temas a ser

523 pautado na primeira reunião do ano de 2018. O Sr. Roberto Nogueira Ferreira (CNC)
524 sugeriu pautar para a próxima reunião o estudo que o IPEA está desenvolvendo sobre o
525 tema Microempreendedor Individual. Ficou definição a pauta da 246ª Reunião Ordinária a
526 ser realizada em 22/02/2018: Microempreendedor Individual; Evolução dos Trabalhos de
527 Revisão dos Benefícios por Incapacidade de Longa Duração – BILD e novos
528 procedimentos para agendamento de perícia relativa à solicitação de prorrogação de
529 auxílio-doença. Vencida a pauta, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião
530 agradecendo a presença de todos.

531 **VI – ENCERRAMENTO**

532 Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente declarou encerrada a 245ª Reunião
533 Ordinária do Conselho Nacional de Previdência - CNP. Para constar, eu, Benedito
534 Adalberto Brunca (SPREV), lavrei a presente Ata. Brasília, 05 de dezembro de 2017.